



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional

Sub-eixo: Fundamentos do Serviço Social

SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO EM QUESTÃO: limites e possibilidades para a direção
social crítica

INGRIDY LAMMONIKELLY DA SILVA LIMA ¹

Resumo: o presente artigo é fruto das reflexões realizadas durante o percurso do doutoramento em Serviço Social, em que os Fundamentos Teórico-metodológico da profissão atravessam o objeto de pesquisa sobre Trabalho, Serviço Social e Produção do Conhecimento. É uma revisão de literatura que problematiza aspectos do Serviço Social na realidade contemporânea brasileira, com o objetivo de construir um panorama dos principais desafios posto a profissão, a partir de teses desenvolvidas durante o processo de renovação. O caminho metodológico parte do referencial da tradição marxista, apreendendo as categorias históricas do capitalismo contemporâneo e as inflexões que chegam ao Serviço Social.

Palavras-chaves: Serviço Social. Capitalismo. Crise. Desafios.

Abstract: This article is the result of reflections carried out during the course of the doctorate in Social Work, in which the Theoretical-methodological Foundations of the profession crosses the object of research that thinks Work, Social Work and Knowledge Production. It is a literature review that problematizes aspects of Social Work in the contemporary Brazilian reality, with the objective of building an overview of the main challenges posed to the profession, based on theses developed during the renewal process. The methodological path starts from the referential of the Marxist tradition, presenting an aspect of contemporary capitalism to then reflect on social service.

1 Estudante de Pós-Graduação. Programa De Pós-graduação Em Serviço Social Da Universidade Estadual Do Rio De Janeiro

Kword: Social Service. Capitalism. Crisis. Challenges.

1. INTRODUÇÃO

A complexificação das relações sociais do capitalismo contemporâneo desafia os sujeitos sociais a decifram a realidade, a qual se apresenta cada vez mais de forma fetichizada e alienada. Os mecanismos políticos, econômicos, culturais e sociais são imbuídos por uma dinâmica ideológica que camufla o aprofundamento das expressões da “questão social”, como fundamento da contradição existente e ineliminável na sociedade de classes.

De forma aparente, o capitalismo apresenta-se como o estágio mais avançado da história, em que as forças produtivas alcançam a plenitude do seu desenvolvimento. O homem detém o controle sobre a natureza nas variadas dimensões de transformação do mundo social em mundo das coisas, objetificando, inclusive, as relações sociais subjetivas entre os homens.

Nada do que presenciamos na contemporaneidade deve ser visto como inédito ao desenvolvimento do capitalismo. As leis tendências apontadas por Marx (2013), relativa a mercadorização das relações sociais, da natureza sistêmica das crises, do aprofundamento das expressões da “questão social”, da luta de classe, etc., longe de está ultrapassadas ganham amplitude e se revelam particulares em meio a totalidade social, dependendo da relação estabelecida entre Trabalho, Estado e Mercado.

Os reflexões dessa dinâmica são sentidos pela classe trabalhadora, que embora seja a única responsável pelo desenvolvimento e aperfeiçoamento da relação do homem com a natureza, não usufrui do produto social dessa troca. Por consequência, enfrentam o aprofundamento da barbarização da vida, em que o avanço do capitalismo significa a destruição das condições objetivas e subjetivas de produção e reprodução dos sujeitos sociais.

Em meio a contradição, o Serviço Social renovado distingue-se das demais profissões por ser reconhecer enquanto classe trabalhadora. Assim sendo, alinhar o seu projeto profissional as necessidades de superação da exploração e precarização do trabalho na sociedade capitalista. Os limites profissionais são suprimidos quando se identifica na luta de classe e transpõe o espaço sócio ocupacional. Isso ocorre quando se ocupa os espaços de organização política postos na realidade, complexa e contraditória, na qual se encontra as condições necessárias para uma prática reflexiva. (VASCONCELOS, 2015).

Entretanto, a intencionalidade construída pelo Serviço Social no processo de renovação da profissão não soluciona as problemáticas em torno da materialização de um fazer

profissional crítico e propositivo. A contradição atravessa o Serviço Social em todas as suas dimensões, política, ética, prático operativa, teórico-metodológica e é uma condição ineliminável na realidade burguesa, disposta na dinâmica dos espaços sócio ocupacionais, na formação profissional, na produção do conhecimento, etc.

Por isso, as teses já amplamente discutidas no interior da profissão não se encontram superadas, exigindo a apreensão cotidiana, mediada pelas particularidades da atual fase do capitalismo. Estamos dialogando com teses que discutem a autonomia profissional, a relação messiânica e/ou fatalista, o revigorar do conservadorismo e as requisições institucionais frente as demandas da profissão. (NETTO, 2011; IMAMOTO, 2013).

Nesse sentido, o presente artigo é fruto das reflexões realizadas durante o percurso do doutoramento em Serviço Social, em que os Fundamentos Teórico-metodológico da profissão atravessam o objeto de pesquisa, que pensa Trabalho, Serviço Social e Produção do Conhecimento.

É uma revisão de literatura que problematiza aspectos do Serviço Social na realidade contemporânea brasileira, com o objetivo de construir um panorama dos principais desafios posto a profissão, usando como referência as teses desenvolvidas durante o processo de renovação. O caminho metodológico parte do referencial da tradição marxista, apresentando aspecto do capitalismo contemporâneo para, em seguida, refletir sobre o Serviço Social.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Os desafios postos a realidade brasileira pela face contemporânea do capitalismo

As nossas análises sobre a realidade brasileira frente ao atual momento do capitalismo, parte de duas questões centrais: 1) O Brasil possui uma economia subdesenvolvida, periférica, que guarda traços arcaicos, do processo de colonização, aliada a impulsões desenvolvimentistas da sua inserção no circuito do capital; e 2) A ocupação do Brasil como um país subdesenvolvido no circuito do capitalismo não é um acaso, mas sim a função social necessária para a valoração do capital na dinâmica global.

Essa análise é ancorada nas reflexões realizadas por Oliveira (2003) que compreende o processo de subdesenvolvimento como elemento central na lógica de expansão do sistema capitalista.

A narrativa do desenvolvimento como solucionador das mazelas sociais é algo que percorre

toda a história do povo brasileiro e camufla as reais questões que precisam ser elucidadas para que, assim, possa ser pleiteado espaços de disputa em meio a lógica capitalista. Falamos da formação de um capitalismo, em terras brasileiras, que não rompe com a oligarquia agrária e que se estrutura sobre a dinâmica colonial, realizando alianças modernizadoras em alicerces arcaicos.

A formação sócio-histórica capitalista nesses moldes implica nas relações estabelecidas com o Estado, que incorpora traços próprios da herança colonial, como o patrimonialismo, o formato coronelista de gestão da coisa pública e do enfrentamento as mazelas sociais. A herança histórica da formação social incide sobre as relações de trabalho, por sua vez minadas pelas expressões escravocratas, as quais resultam em desprezo por vínculos de trabalhos ligados a ótica dos direitos, dos processos reivindicatórios e de condições dignas para a classe trabalhadora.

Ideologicamente esse movimento específico da sociedade brasileira e dos países latino americano é algo reproduzido cotidianamente, impregnado na política do favor, no chamado “jeitinho brasileiro”, diminuindo a distância entre público e privado, em uma espécie de tentativa de camuflar as expressivas diferenças.

Esses aspectos tensionam de modo desfavorável as possibilidades de contra tendências por parte da classe trabalhadora ao projeto da burguesia. Implicou e implica na (com)formação do Estado, nos compromissos por ele assumidos, na sua maneira de gestão, nas funções e possibilidades de barganhas, contribuindo para um cenário de expropriação secundária dos direitos sociais (FONTES, 2010).

O momento mais recente de disputa das forças sociais na realidade brasileira, se situa na construção de um pacto de redemocratização, pós período de “autocracia” militar (golpe de 1964). Diante da incompletude do projeto em disputa, inviabilizado e não materializado conforme aquilo que foi pleiteado, colocar na agenda do dia a construção de uma Seguridade Social alicerçada na Política de Assistência Social, Previdência e Saúde, garantindo a última a perspectiva universalizante é, sem dúvida, um avanço histórico no pacto social da classe trabalhadora junto ao Estado e ao Mercado.

No entanto, não significa o esvaziamento da interferência da herança conservadora sobre as conquistas. Está no germe do Estado brasileiro, princípios liberais e conservadores, que legitimam o projeto da classe dominante, os quais ganham tonalidade a depender do contexto histórico e das incidências econômicas, políticas e sociais na correlação de forças.

Na realidade brasileira os efeitos da crise do capital passam a ser sentidos, sobretudo, a partir dos anos de 1990 com a proposta do projeto neoliberal, expressa no Plano Diretor da

Reforma do Aparelho do Estado, o qual apresentou o modelo gerencial de Estado, apontando como saída a privatização, terceirização e desregulamentação do mundo do trabalho.

A tendência de um modelo gerencialista para o Estado, que esteja incorporado a lógica do mercado é presente na proposta do Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado e traz em si, os princípios da eficiência, da eficácia e da produtividade, em uma lógica análoga a acumulação flexível, na defesa da narrativa de um compromisso com a melhoria na oferta dos serviços ao “cidadão-cliente”. Além disso, é enaltecido como função do Estado o controle dos “gastos sociais” e a operacionalização da política de ajuste fiscal.

O modelo de Estado proposto e operacionalizado a partir dos anos de 1990 é opositor a defesa do pacto social realizado no momento da redemocratização do Brasil na perspectiva que parte dos movimentos sociais. Os impactos revelam as Políticas Sociais sobre forte incidência do modelo gerencialista e a disputa desleal pelo fundo público.

O período histórico que vivenciamos é de profundas transformações sociais, dado o avanço das forças produtivas sob a ordem do capital. Desse modo, a realidade exposta correlaciona dimensões da vida cotidiana, substanciadas pelas mudanças no mundo do trabalho, no Estado, na dinâmica de vida da classe trabalhadora, na forma acumulativa do capital, no acesso as mercadorias e na própria forma de ser da mercadoria etc.

Em um movimento relacional, consideramos que o desenvolvimento das forças produtivas capturada de forma dominante pela burguesia, apresenta novas tendências perpassadas pelo mesmo fio condutor, que é a exploração da classe trabalhadora. Sob a narrativa de uma sociedade globalizada, dinâmica, flexível e humanizada, em contraposição a um cenário de barbárie, em que as expressões da “questão social” são tangenciadas por um processo de negação, as precárias condições de vida objetiva e subjetiva dos/as trabalhadores, a destituição do meio ambiente e da condição humana em sentido biológico e social se tornam evidentes.

No Brasil, o contexto em tela possui particularidades próprias, uma vez que a tentativa de acompanhar as tendências do capitalismo imperialista é tensionada por uma herança conservadora, oligárquica e coronelista, com a qual não rompemos e que alicerça o nosso Estado, o nosso mercado de trabalho, o comportamento da nossa burguesia e a formação política da classe trabalhadora, como discutido anteriormente.

Em dados apontados por Gomes *et al* (2012) sobre a realidade brasileira, evidencia uma taxa de desemprego de 7,2% em 1992 e 10. 1% em 2001. Identificamos que essa taxa foi

de 14, 9% em 2021 e está em 11, 1% em 2022². Esses dados chamam atenção para o debate realizado em torno do trabalho no setor público, a partir dos ajustes capitaneados pela reforma do aparelho do Estado.

Ainda segundo Gomes *et al* (2012), o período de 1990 é de estabilidade, com tendências a quedas com relação ao trabalho no setor público. Os dados mais atualizados, de 2020, apresenta emprego público no Brasil dispendo de 12, 1% da força de trabalho no Brasil, um dos menores do mundo, conforme informações da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e Banco Mundial³.

A reforma do aparelho do Estado prevista como direcionamento para a gestão pública até os dias atuais, institui uma série de modificações que influi sobre medida no trabalho dos operadores das políticas sociais, na cena brasileira. Gomes *et al* (2012) problematiza uma gama de modificações e as inflexões para a classe trabalhadora, dentre elas, citam-se: a redução do quadro de funcionários públicos, que passam a ser inseridos em uma lógica de terceirização, precarizando ainda mais a condição de trabalho. Como exemplo citam-se os trabalhadores que passam a ser contratados por instituições terceirizadas, por empresas públicas de direito privado, como é o caso da EBSEH⁴. Além disso, tal precarização incide sobre o caráter remuneratório, ao criar uma dualidade nos vencimentos dos profissionais, bem como em garantias financeiras com as quais os trabalhadores não poderão contar para aposentadoria, a exemplo das gratificações, bonificações, bolsas de incentivo, etc.

Esses dados são importantes para desmistificarmos a tese que é defendida pelo Estado, de que o funcionalismo público tem inchado as folhas de pagamento e com isso, significado em investimentos exorbitantes para a máquina estatal, ocasionando as crises.

Aprofundando as problemáticas em questão, na contemporaneidade as alegações que chegam, subsidiadas pela tendência do negacionismo, reverbera em uma imagem dos funcionários públicos – nos seus mais variados vínculos empregatícios – como sujeitos que possuem o trabalho facilitado. Para os/as operadores das políticas sociais não é diferente. Lidam cotidianamente com questões que chegam ao espaço de trabalho e que compõe os aspectos da vida privada.

²Para ver mais: [Desemprego fica estável em 11,1% no 1º trimestre e atinge quase 12 milhões, diz IBGE | Economia | G1 \(globo.com\)](#) Acesso em: 28 de Junho de 2022.

³Para mais ver: [Empregos públicos representam 12,1% da força de trabalho no Brasil - Extra Classe](#) acesso em: 27 de Junho de 2022.

⁴Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares pública de direito privada, fundada em 2011 com a finalidade de prestar serviços de assistência médico-hospitalar.

Além dessa tendência, observa-se o acirramento em torno da disputa pelo fundo público. A (contra) reforma do Estado foi/é seguida por alterações tributárias que trataram/tratam de penalizar ainda mais o trabalhador, transferindo as responsabilidades estatais para o âmbito do privado. (BEHRING, 2003)

Salvador (2012) aponta que no cenário de contrarreforma do Estado há um aumento regressivo da carga tributária, sobre o consumo de bens e serviços. A concentração na extração dos impostos na renda dos trabalhadores assalariados, beneficia o mercado financeiro com o afrouxamento da legislação tributária, passando, assim, a amparar ainda mais o capital. Desta forma, os trabalhadores são os que mais alimentam o fundo público, seja pela tributação direta na folha de salários, seja pela taxaçoão indireta incidida no consumo.

A forma como é estabelecida a concentração e centralização da riqueza social no Brasil e como o Estado apropria-se de parte dessa riqueza, conduz a um fundo público, formado, majoritariamente, pela retenção de tributos oriundos da classe trabalhadora. Ou seja, sem requisição significativa do montante apropriado pela burguesia, que também é fruto do processo de exploração do trabalho.

Os trabalhadores e trabalhadoras são os maiores financiadores da Política Social. O Estado se apropria de uma mais-valia produzida coletivamente e a utiliza para beneficiar o próprio capitalismo, na medida em que o fundo público é redimensionado para garantir a reprodução do capital, seja via financiamento direto às empresas, seja indiretamente, pelas isenções fiscais e/u pela financeirização dos programas sociais (concedendo a bancos privados a administração do pagamento dos benefícios de transferência de renda, por exemplo).

Ora, na realidade brasileira a construção da Seguridade Social não garantiu a utilização dos recursos arrecadados pelo Estado em benefício aos trabalhadores. Segundo Salvador (2011), não há nada que assegure a exclusividade da arrecadação para as Políticas Sociais. O Estado por meio da criação da DRU (desvinculação das receitas da União) passa a investir as arrecadações no capital, nos pagamentos dos juros da dívida, que contribui diretamente para o capitalismo financeiro, principalmente para a classe rentista e, para a garantia da reprodução capitalista, quando, por exemplo, realiza investimentos em meios de transportes, incentivo a pesquisa alocada para o mercado, ou perdendo dívidas e isentando de impostos.

Dessa forma, os/as trabalhadores/as enfrentam um quadro de expropriação de direitos sociais que chegam aos usuários, pelo desmonte das Políticas Sociais, somado as mais

variadas expressões da “questão social”. Especificamente, problematizamos os efeitos dos cortes nos investimentos das áreas sociais, nas políticas que dão corpo a Seguridade Social, a expressão ao retorno das práticas de caridade e filantropia, diante da abertura do serviço público as instituições privadas e religiosas, as práticas terapêuticas e psicologizantes, ancoradas no senso comum, em detrimento a técnicas e ações baseadas em resultados científico, de forma pública, laica e com perspectiva universalizante.

Ademais, as próprias condições de vida e de trabalho dos/as trabalhadores/as é marcada por um tensionamento dos aspectos abordados pelos autores aqui apresentados. Podemos citar como exemplos o rebaixamento salarial, a complexificação do trabalho, sem a devida assistência das condições éticas e técnicas para a execução de uma prática profissional, condizente com o horizonte emancipador e distante da importunação e o assédio nas formas organizativas do trabalho, do adoecimento físico e mental diante das demandas em comparação ao efetivo de profissionais e das próprias exigências para a reprodução em sociedade e as metas gerenciais.

A organização coletiva se coloca como uma demanda urgente diante da realidade posta. A intencionalidade dos/as profissionais, por si só, não garante a viabilidade do trabalho pela via das políticas sociais, em uma perspectiva que extrapole a condição dada pelo capitalismo. É preciso forjar as condições concretas e reais e isso só é possível a partir da tomada de consciência de classe.

O Brasil encontra-se atravessado por uma crise econômica, política e pandêmica, que agrava as expressões sociais. O quadro atual necessita ser transformado por meio de organização política, que exija a recomposição do fundo público de financiamento da Seguridade Social, que revogue a reforma trabalhista, a Lei de congelamento dos investimentos público. Ou seja, que dirima os impactos legais e que dê andamento as propostas de concessão entre Estado- mercado e classe trabalhadora, na viabilização de direitos, de modo a conceder a classe trabalhadora, possibilidades de avanço frente a seu projeto de superação da ordem capitalista. Vejamos como esse cenário reflete no Serviço Social.

2.2 Problematizações sobre os limites e possibilidades para a direção social crítica do Serviço Social no Brasil

Ter o Serviço Social como objeto de análise – em tempos de agudizamento das expressões da “questão social”, alcançada por um processo de barbarização da sociedade e das

condições objetivas e subjetivas dos/as trabalhadores – não significa lhe dá um lugar de destaque, tão pouco de centralidade, mas de captar as possibilidades e estratégias possíveis no interior da profissão, em desenvolver um trabalho pedagógico crítico junto a classe trabalhadora, se compreendendo como parte constitutiva e constituinte dessa.

A reflexão precisa alcançar o ponto de tensão que observa o Serviço Social como profissão assalariada, dispondo de uma autonomia relativa frente as demandas que lhe são postas, contribuindo com a luta geral da classe trabalhadora. Como a profissão que, conscientemente, decidiu por um projeto contrário ao projeto burguês para dar materialidade ao seu fazer profissional e que busca na materialidade do cotidiano estratégias para a efetivação objetiva e subjetiva do direcionamento crítico, para que possa intervir na realidade de modo propositivo, criativo, tensionando a lógica dominante.

Dos anos de 1990 para cá o capitalismo vem complexificando suas atividades, aprofundando o processo de financeirização, alinhando os interesses políticos, pela via neoliberal, cultural, por meio do pensamento pós-moderno, com uma política de individualização, enaltecida pelo empreendedorismo, empoderamento, que chega fortemente enviesando as pautas coletivas. Além disso, utiliza como subsídio – sobretudo nos países latino-americanos – o recrudescimento do conservadorismo, alicerçado em golpes de Estado, como ocorreu no Brasil em 2016.

Sem dúvidas estamos em uma conjuntura histórica que ancorada na velha contradição capitalista guarda particularidades em constante movimento. Vivenciamos os rebatimentos cada vez mais devastador na organização política da classe trabalhadora, minado pelas pautas identitárias em detrimento das pautas coletivas, as quais se apresentam para o Serviço Social com um forte movimento de repúdio por parte da categoria profissional que não mais se reconhece nos conselhos e nas demais instituições políticas de organização coletiva, a exemplo dos Conselhos Regionais, do Conselho Federal, da ENESSO e da ABEPSS.

Nos espaços sócio-ocupacionais estamos visualizando a destituição do principal campo de atuação do Serviço Social, que são as Políticas Sociais. Esse movimento tem refletido no rebaixamento dos salários, no fechamento de postos de trabalho, no agudamento da precarização e maior alienação dos/as profissionais, que acompanhado por uma fragilização na formação, em todos os níveis das universidades públicas, do ensino privados e das instituições de ensino à distância, tornam a apreensão do cotidiano profissional ainda mais aquém da formulação de estratégias para saídas coletivas.

Diante desse cenário, que não é particular do Serviço Social, percebe-se o caminhar

para saídas individuais, utilizando-se, inclusive, de mecanismos que são disponibilizados pelos grande capital, o qual diz aonde, como e quando utilizar à exemplo das tecnologias⁵. Basta uma rápida pesquisa nas plataformas digitais que logo nos deparamos com profissionais vendendo serviços de forma “autônoma”, sobre um discurso da sobrevivência, o qual tem base real, mas exige mediações

Para a legitimação desse nicho de mercado⁶, se vende a ideia destoadada do Serviço Social crítico, escamoteando qualquer contradição da sociedade capitalista, pregando uma positividade fundamentada no esforço individual. Logo, encontramos quem ensine “dez passos para ser um/a assistente social bem sucedida”, “dicas de como construir um bom relatório”, “como trabalhar a linguagem junto ao/a usuário/a”, dentre outras temáticas que colocam a profissão acima da realidade concreta.

Nos últimos anos, tensionado pela crise pandêmica, o capitalismo beneficiou-se das necessidades de isolamento social para aprofundar uma tendência em curso desde a crise de 1970, que é de aprimorar e intensificar o uso das tecnologias no processo de produção e reprodução lucrativa. Essa tendência soma-se e só é realizada pelo impulsionamento da forma ideológica que tem na individualização das expressões sociais seu valor máximo. (MANDEL, 1982)

Esse cenário que chega fortemente ao Serviço Social diante da expansão dos cursos privados (os quais são dominantes na formação profissional do Serviço Social na contemporaneidade),⁷ bem como o avanço dos retrocessos em torno da ciência, nas universidades públicas e de todo contexto de precarização e exploração do trabalho, do qual tratamos anteriormente, se apresenta como solução, saída individual que não exige a organização coletiva e nem reflexões mais profundas sobre a realidade. É o imediato, compreensível quando realizamos mediações com as necessidades básicas, mas

5Aqui não estamos abolindo o uso das tecnologias, nem tão pouco temos a pretensão de inviabilizar a sua capacidade de ser uma importante ferramenta no tensionamento do projeto da classe trabalhadora. No entanto, para isso ocorrer, para que a tecnologia nas mãos dos/as profissionais do Serviço Social possa legitimar mais o projeto da classe trabalhadora do que o projeto da burguesia é necessário que a categoria profissional tenha consciência de sua funcionalidade e a veja como um mecanismo de disputa na instrumentalidade do fazer profissional.

6A profissão não possui uma vasta discussão sobre esse movimento que é recente no interior da profissão. Sabemos que para afirmações mais contundentes necessitamos de pesquisas, no entanto, a realidade concreta nos permite traçar reflexões.

7Dentre as publicações recente, indicamos a edição n.41 da Revista Temporalis, publicada em 2021, a qual trás como tema a Formação profissional a partir dos impactos da crise do capital e da pandemia. Para mais ver: [CRISE DO CAPITAL E PANDEMIA: IMPACTOS NA FORMAÇÃO E NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL | Temporalis \(ufes.br\)](https://ufes.br/temporalis/41)

inegociável quando se trata da materialização do Projeto Ético Político profissional.

Cada vez mais o projeto profissional crítico encontra empecilhos para sua materialização. As instituições não requerem um profissional crítico, o ensino não tem vigorado formações críticas, estamos em um hiato entre o caráter político, a formação e o exercício profissional. Se partimos do pressuposto de que a legitimidade do projeto profissional se encontra na formação, na produção do conhecimento, na organização política das instâncias profissionais (CRESS, CFESS, ENESSO e ABEPSS) e, no exercício profissional, certos de que há um tensionamento estrutural, cabe questionarmos em que medida os tensionamentos contemporâneos tem interferido na forja das possibilidades para o favorecimento do projeto da classe trabalhadora, em detrimento a lógica dominante.

Obviamente, o projeto profissional crítico do Serviço Social é emergente da contradição capitalista, fruto de um dado momento histórico que permitiu a categoria pensar coletivamente na direção contrária daquilo que é requisitado ao Serviço Social como profissão assalariada. A sua manutenção não é e nunca foi tarefa fácil, mas exige atenção quanto ao movimento da realidade e de como a profissão tem apreendido esse movimento.

Por isso, o caminho se dá no retorno ao cotidiano profissional. A formação profissional, a produção do conhecimento, as nossas organizações políticas, precisam expressar o exercício profissional. É preciso estratégias para que os/as profissionais possam ser responsáveis pela produção do conhecimento, refletindo por meio da dimensão investigativa, sobre instrumentos e dinâmicas para a ação profissional, que possam ocupar os espaços de organização política nos CRESS, na ABEPSS, nos sindicatos e associações da classe trabalhadora.

Essas problematizações refletem em teses centrais do cotidiano dos/as assistentes sociais. A intencionalidade do Serviço Social, de reconhecer conscientemente a função social que ocupa nessa sociedade, se defronta com a negação de condições de trabalho, com a precarização da formação profissional e continuada, submetidas a dinâmica do mercado, que permite a profissão gozar apenas de uma autonomia relativa.

Ainda que dispondo de relativa autonomia na efetivação de seu trabalho, o assistente social depende, na organização da atividade, do Estado, da empresa, entidades não-governamentais que viabilizam aos usuários o acesso aos seus serviços, fornecem meios e recursos para a sua realização, estabelecem prioridades a serem cumpridas, interferem na definição de papéis e funções que compõe o cotidiano de trabalho institucional [...]. (IAMMOTO, 2013, p.63)

A autonomia relativa é atravessada por limites e possibilidades para a profissão. É

tensionada a partir do movimento da sociedade, da correlação de força que se estabelece entre as classes. Se vivemos um agudizamento da retirada de direitos sociais, ao passo que se aprofunda as expressões da questão social, temos o espaço e o processo trabalho pressionado para atendimento dos interesses do capital, o que exige do Serviço Social o forja de alternativas em meio a relações sociais que desfavorecem o projeto da classe trabalhadora.

Os anos de 1990 são basilares par a renovação jurídica e política do Serviço Social, outras questões passam a ser pautadas, com o objetivo de avançar em um debate que expressa a tomada de consciência dos/as assistentes sociais. Dentre as inúmeras preocupações, as quais eram atravessadas pela condição de materialidade do projeto ético político, encontrava-se a questão de como garantir uma prática profissional crítica, em um processo de trabalho assalariado, em que o Estado representa majoritariamente os interesses da burguesia? Quais as mediações necessárias para o alcance do equilíbrio entre as ações fatalistas e messiânicas, para uma prática propositiva e pedagógica?

Passado duas décadas essas questões continuam a ser uma preocupação central, sobretudo nos últimos acontecimentos do movimento do capitalismo a nível mundial e do cenário econômico e político do Brasil, pós-golpe de 2016 e acessão do Bolsonarismo.

Os debates em torno do conservadorismo na profissão ganham novas tonalidades e põe em alerta a tese de Netto (1996) de que o conservadorismo não é algo residual no interior do Serviço Social. O conservadorismo ou neoconservadorismo ganha expressões sofisticadas e torna evidente a disputa de projetos que são antagônicos ao Projeto Ético Político crítico.

Por uma via propensa, pela forma de ser desse movimento, o (neo)conservadorismo ganha amplitude no Serviço Social por meio do pensamento pós-moderno, o qual é sintoma da crise e cumpri como função o aparato ideológico do momento contemporâneo do capitalismo. Atravessado por uma fluidez, pelas pautas identitárias, pela fragmentação da realidade, pela aversão a tradição marxista, etc., o pensamento pós-moderno ganha expressão entre os/as assistentes sociais ao reatualizar práticas imediatistas, “psicologizantes”, que desarticulam as expressões sociais da totalidade social e tratam a partir da perspectiva do indivíduo.

Essas expressões repercutem na produção do conhecimento, que é ou deveria ser, parte expressiva da realidade. Tensiona o espaço da formação profissional, da organização coletiva e impulsiona pela busca das saídas individuais, que mesclam por solução fatalistas e/ou messiânicas.

Por vezes, o mesmo discurso que legitima o messianismo também legitima o discurso fatalista e está associado ao processo de transformações societárias aprofundadas por uma crise pandêmica sem precedentes na história.

O desemprego, a baixa autonomia nos espaços sócio ocupacionais, o desconhecimento das demandas do Serviço Social pelas instituições, a falta de reconhecimento sobre a importância dos/as assistente sociais, é acompanhado por uma tensão que não se limita ao Serviço Social e que se expressa na destituição dos direitos sociais, via políticas sociais, no negacionismo, no questionamento ao conhecimento crítico, no avanço do fascismo, na negação do reconhecimento das questões de classe, raça e gênero, etc. Esses elementos levam a conclusões fatalistas, de incompreensão das saídas e estratégias possíveis em meio a um cenário de destruição objetiva e subjetiva das relações sociais.

Logo, a saída é impulsionada pela via individual, em que se busca utilizar do próprio movimento do capitalismo para, de forma aligeirada, encontrar soluções. Falamos das buscas pelo trabalho “autônomo”, da ocupação de espaços que estão postos como novidade ao Serviço Social e que são incorporadas sem as devidas mediações com a realidade. Como tratados anteriormente, em que se ocupa, sobretudo, as tecnologias digitais e prometem acessão profissional, sem realizar as devidas mediações com o movimento da realidade, partilhando dos aspectos aparentes como verdades inquestionáveis.

Portanto, os desafios postos ao Serviço Social brasileiro apresentam linhas de continuidade e ruptura com o processo de institucionalização e legitimação da profissão, sobretudo a partir do marco de renovação. A função social que os/as assistentes sociais ocupam em sociedade é invalidada sem a compreensão da vinculação do projeto profissional ao projeto da classe trabalhadora.

Nesse sentido, a compreensão do movimento da realidade e do papel que a profissão ocupa é, sem dúvidas, o maior desafio posto aos/as assistentes sociais na contemporaneidade da realidade brasileira. Desmistificar a realidade, em um cenário de aprofundamento da alienação, do fetiche da mercadoria, de negacionismo e hipervalorização do senso comum, da moralização, da destituição de direitos e de profundas modificações no mundo do trabalho, atravessado por avanço do domínio ideológico, cultural, social, político e econômico do capitalismo, é tarefa urgente e necessária para garantir possibilidades para uma atuação profissional condizente com o Projeto Ético Político.

3. CONCLUSÕES

A natureza do capitalismo impede que visualizemos que limites e possibilidades são extraídos do mesmo movimento. É nas infinitas mediações com a realidade que se encontra os limites e possibilidades, as quais devem ser extraídas dos sujeitos como concreto pensado. No entanto, esse não é um caminho dado, mesmo quando há consciência sobre ele, mesmo quando há entendimento coletivo dos mecanismos necessários para alcançar aquilo que foi extraído da realidade e formulado na mente humana, necessita de encontrar espaço para a materialização, para a construção daquilo que foi idealizado conscientemente e esse é o problema central para o Serviço Social.

Encontrar condições que possam forjar ações críticas e propositivas condizentes como o projeto profissional crítico. Sucumbir as exigências imediatistas, fragmentadas, aliadas de um processo de trabalho precarizado que, por vezes, impede a formulação consciente sobre os aspectos que chegam como demanda aos/as assistentes sociais.

Enfrentamos a desorganização política, o distanciamento dos/as trabalhadores das lutas sociais, revalidando a tese do fatalismo e da vitória do capitalismo. Buscamos, mas não encontramos espaços para disputar, as vezes, nem buscamos, há um esgotamento mental e físico entre os/as assistentes sociais pouco discutido, expresso nos esvaziamentos dos Conselhos Regionais, na pouca ou nenhuma ocupação de espaços centrais para a defesa dos direitos sociais, como os conselhos, os fóruns de organização política, os sindicatos, as arenas decisórias como um todo.

Longe de ser uma questão individual, do/a assistente social da política de saúde, da política de Assistência Social, Previdência, Educação, essas são expressões resultantes do movimento do capitalismo e do seu espelhamento na realidade brasileira.

Para as possibilidades, “para dizer que não falamos das flores”, como cantou o Geraldo Vandré, não há outro caminho que não seja a luta de classe. A organização política em torno da defesa dos direitos sociais, das garantias de trabalho condizentes com um modelo ao mínimo progressista.

Esse caminho exige o engajamento dos/as assistentes sociais dentro e fora dos espaços sócio ocupacionais. Requer o desenvolvendo de ações que reflitam o fazer profissional, que busque inserção de reconhecimento como trabalhadores/as, que entenda a Política como um espaço de disputa. A defesa pelos direitos sociais, a defesa da democracia, de princípios condizentes com as formulações de uma sociedade mais justa nos debates de classe, raça e gênero, sem dissociar a problemática da contradição

capitalista deve ser pauta constante.

Para isso, citam-se as experiências com os trabalhos de bases, com a articulação aos movimentos sociais e com a inserção de pautas que são historicamente negadas, a exemplo, das pautas contra o racismo, a exploração de gênero, dos direitos da população LGBTQI+, etc., elevando o debate as discussões macrossocietárias, dispostas no movimento do capitalismo a nível mundial.

Obviamente que não há caminhos prontos, nem receitas a serem seguidas, entretanto, o Serviço Social brasileiro é detentor de um histórico de luta, de opções políticas que apontam para um caminho que não é de validação da lógica capitalista, mas de questionamento e de transformação. Assim, é através da mediação dos elementos históricos, sociais, políticos, culturais, compreendendo o movimento da realidade, que encontraremos possibilidades, saídas, para um fazer profissional crítico e propositivo na construção de uma sociedade mais igualitária.

Referências

BEHRING, E. R. **Brasil em Contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos.** São Paulo: Cortez, 2003.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital- imperialismo: teoria e história.** 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010. pp 21-62.

GOMES, D. C; BARBOSA e SILVA, L. & SÓRIA, S. Condições e relações de trabalho no serviço público: o caso do Governo Lula. **Revista de Sociologia Política**, v. 20, n. 42, Curitiba: UFPR, jun. 2012. pp. 167-181.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** Ed.24. São Paulo: Cortez, 2013.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política.** Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MANDEL, E. **O Capitalismo Tardio.** Tradução de Carlos Eduardo Silveira Matos, Regis de Castro Andrade e Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

NETTO, J. P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social.** 7º ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

_____. Transformações societárias e serviço social – notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In: **Revista Serviço Social e Sociedade** n.50, ano XVIII. São Paulo: Cortez, 1996.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à Razão Dualista**. O Ornitorrinco. São Paulo, Boitempo Editorial, 2003.

SALVADOR, Evilásio. Fundo público e o financiamento de políticas sociais no Brasil. **Serviço Social Revista**. V. 14 n. 2. Londrina: UEL, jan-jun. 2012. pp 04-22.

VASCONCELOS. A. M. **A/o assistente social na luta de classes**: projeto profissional e mediações teórico-práticas. 1. ed. - São Paulo: Cortez, 2015